

EDITAL

PROCESSO Nº 007/2022
DISPENSA Nº 005/2022
CHAMADA PÚBLICA Nº 002/2022

PREÂMBULO

Chamada Pública nº 002/2022, para aquisição de alimentos de agricultores familiares e demais beneficiários que se enquadrem nas disposições da Lei nº 11.326, de 24 julho de 2006, por meio da Modalidade de Compra Institucional do Programa Alimenta Brasil, com dispensa de licitação, com fulcro no art. 34 da Lei nº 14.284, de 29 de dezembro de 2021, no art. 17 do Decreto nº 10.880, de 02 de dezembro de 2021, e na Resolução GGALIMENTA nº 3, de 14 de junho de 2022.

O **MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE**, pessoa jurídica de direito público, com sede à Avenida Padre Zuzinha nº 244/248, inscrita no CNPJ sob nº 10.091.569/0001-63, através do Fundo Municipal de Assistência Social, inscrito no CNPJ/MF nº 12.010.299/0001-44, no uso de suas prerrogativas legais, vem realizar Chamada Pública para aquisição de alimentos de agricultores familiares e demais beneficiários que se enquadrem nas disposições da Lei nº 11.326/2006, por meio da Modalidade Compra Institucional do Programa Alimenta Brasil, com dispensa de licitação. Os interessados deverão apresentar a documentação para habilitação e Projeto de Venda até o dia **22/09/2022**, às 10:00 horas no endereço: Rua José Antônio Joaquim nº 140 – 1º Andar – Bairro Bela Vista - Santa Cruz do Capibaribe – PE.

- Na hipótese de não haver expediente na data acima fixada, ficará a sessão adiada para o primeiro dia útil subsequente no mesmo local e hora, salvo disposição em contrário.

COMPONENTES DESTE EDITAL

Constituem anexos deste Edital e dele fazem parte integrante:

- I - Modelo de Projetos de Venda (**Anexo I-A, I-B e I-C**)
- II - Minuta do Contrato a ser eventualmente firmado (**Anexo II**);
- III - Projeto Básico (**Anexo III**);
- IV – Modelo de Declaração de Produção Própria do Agricultor Familiar para Organizações Fornecedoras; (**Anexo IV**);
- V - Modelo de Declaração de Produção Própria do Agricultor Familiar para Beneficiários Fornecedores (Fornecedor Individual); (**Anexo V**);
- VI – Modelo de Declaração de Responsabilidade pelo Controle do Atendimento do Limite Individual de Venda dos Cooperados/Associados; (**Anexo VI**);
- VII - Modelo de Declaração de Endereço Eletrônico (**Anexo VII**); e
- VIII - Modelo de Declaração de inexistência de Parentesco (**Anexo VIII**).

1. OBJETO

O objeto da presente Chamada Pública é a aquisição de alimentos de agricultores familiares por meio da modalidade de Compra Institucional do Programa Alimenta Brasil, visando atender as necessidades da Secretaria de Governo e Desenvolvimento Social, conforme especificações dos gêneros alimentícios contidos no **Anexo III**:

2. FONTE DE RECURSO

2.1. Os recursos alocados para a realização do objeto do presente chamamento público são oriundos da seguinte rubrica orçamentária:

Unidade gestora: 129005 – Fundo municipal de Assistência Social de Santa Cruz do Capibaribe

Órgão Orçamentário: 5000 – Secretaria de Governo e DESENVOLVIMENTO SOCIAL
Unidade Orçamentária: 5002 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (ENTIDADE SUPERVISORA)

Função: 8 – Assistência Social

Subfunção: 243 – Assistência á criança ao Adolescentes

Programa: 805- PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE

Ação: 2.24 – MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL PARA CRIANÇAS, ADOLESCENTES, ADULTOS E FAMÍLIAS

Natureza da Despesa: 3.3.90.30.00 Material de Consumo, Despesa reduzida – 1080

Fonte de recurso: 661 – MSC – 1.661.0000 Transferências dos Fundos Estaduais de Assistência Social – FEAS

COORDENADORIA DA MULHER, PRAÇA DO CEO

Unidade gestora: 129005 – Fundo municipal de Assistência Social de Santa Cruz do Capibaribe

Órgão Orçamentário: 5000 – Secretaria de Governo e DESENVOLVIMENTO SOCIAL
Unidade Orçamentária: 5002 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (ENTIDADE SUPERVISORA)

Função: 8 – Assistência Social

Subfunção: 243 – Administração Geral

Programa: 801- Gestão do fundo Municipal de Assistência Social

Ação: 2.14 – GESTÃO ADMINISTRATIVA DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CUSTEIO

Natureza da Despesa: 3.3.90.30.00 Material de Consumo, Despesa reduzida – 79

Fonte de recurso: 501 – MSC – 1.501.0000 Recursos Próprios

Id-Uso: 0.1.00 – RECURSOS ORDINÁRIOS

CRAS

Unidade gestora: 129005 – Fundo municipal de Assistência Social de Santa Cruz do Capibaribe

Órgão Orçamentário: 5000 – Secretaria de Governo e DESENVOLVIMENTO SOCIAL
Unidade Orçamentária: 5002 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (ENTIDADE SUPERVISORA)

Função: 8 – Assistência Social

Subfunção: 243 – Assistência Comunitária

Programa: 802 – FORTALECIMENTO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

Ação: 2.33 – SERVIÇO DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO INTEGRAL Á FAMÍLIA - CRAS

Natureza da Despesa: 3.3.90.30.00 Material de Consumo, Despesa reduzida – 149

Fonte de recurso: 661 – MSC – 1.661.0000 Transferências dos Fundos Estaduais de Assistência Social – FEAS

Natureza da Despesa: 3.3.90.30.00 Material de Consumo, Despesa reduzida – 148

Fonte de recurso: 660 – MSC – 1.660.0000 Recursos Transferidos pelo FNAS

CREAS

Unidade gestora: 129005 – Fundo municipal de Assistência Social de Santa Cruz do Capibaribe

Órgão Orçamentário: 5000 – Secretaria de Governo e DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Unidade Orçamentária: 5002 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (ENTIDADE SUPERVISORA)

Função: 8 – Assistência Social

Subfunção: 244 – Assistência Comunitária

Programa: 804 – PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE

Ação: 2.20. – SERVIÇO DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO ESPECIALIZADO ÀS FAMILIAS E INDIVÍDUOS

Natureza da Despesa: 3.3.90.30.00 Material de Consumo, Despesa reduzida – 185

Fonte de recurso: 660 – MSC – 1.660.0000 Recursos Transferidos pelo FNAS

BOLSA FAMILIA

Unidade gestora: 129005 – Fundo municipal de Assistência Social de Santa Cruz do Capibaribe

Órgão Orçamentário: 5000 – Secretaria de Governo e DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Unidade Orçamentária: 5002 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (ENTIDADE SUPERVISORA)

Função: 8 – Assistência Social

Subfunção: 244 – Assistência Comunitária

Programa: 807 – GESTÃO DO SUAS

Ação: 2.31 – MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO IGD-PBF

Natureza da Despesa: 3.3.90.30.00 Material de Consumo, Despesa reduzida – 221

Fonte de recurso: 660 – MSC – 1.660.0000 Recursos Transferidos pelo FNAS

CASA DE APOIO DO RECIFE

Unidade gestora: 129005 – Fundo municipal de Assistência Social de Santa Cruz do Capibaribe

Órgão Orçamentário: 5000 – Secretaria de Governo e DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Unidade Orçamentária: 5002 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (ENTIDADE SUPERVISORA)

Função: 8 – Assistência Social

Subfunção: 244 – Assistência Comunitária

Programa: 813 – ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL

Ação: 2.25 - MANUNTENÇÃO DE CASA DE APOIO

Natureza da Despesa: 3.3.90.30.00 Material de Consumo, Despesa reduzida – 262

Fonte de recurso: 501 – MSC – 1.501.0000 Recursos Próprios

Id-Uso: 0.1.00 – RECURSOS ORDINÁRIOS

SERVIÇOS DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS

Unidade gestora: 129005 – Fundo municipal de Assistência Social de Santa Cruz do Capibaribe

Órgão Orçamentário: 5000 – Secretaria de Governo e DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Unidade Orçamentária: 5001 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (ENTIDADE SUPERVISORA)

Função: 8 – Assistência Social

Subfunção: 243 – Assistência à Criança e ao Adolescente

Programa: 802 – FORTALECIMENTO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

Ação: 2.32 – MANUNTENÇÃO DAS AÇÕES DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS

Natureza da Despesa: 3.3.90.30.00 Material de Consumo, Despesa reduzida – 134

Fonte de recurso: 660 – MSC – 1.660.0000 Recursos Transferidos pelo FNAS

CENTRO DE CONVIVÊNCIA DE IDOSOS – CCI

Unidade gestora: 129005 – Fundo municipal de Assistência Social de Santa Cruz do Capibaribe

Órgão Orçamentário: 5000 – Secretaria de Governo e DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Unidade Orçamentária: 5001 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (ENTIDADE SUPERVISORA)

Função: 8 – Assistência Social

Subfunção: 244 – Assistência ao Idoso

Programa: 802 – FORTALECIMENTO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

Ação: 2.32 – MANUNTENÇÃO DE AÇÕES VINCULADAS AOS IDOSOS, INCLUINDO CCI

Natureza da Despesa: 3.3.90.30.00 Material de Consumo, Despesa reduzida – 100

Fonte de recurso: 660 – MSC – 1.660.0000 Recursos Transferidos pelo FNAS

CONSELHO TUTELAR

Unidade gestora: 129005 – Fundo municipal de Assistência Social de Santa Cruz do Capibaribe

Órgão Orçamentário: 5000 – Secretaria de Governo e DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Unidade Orçamentária: 5001 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (ENTIDADE SUPERVISORA)

Função: 8 – Assistência Social

Subfunção: 243 – Assistência á Criança e ao Adolescente

Programa: 803 – CONSELHO TUTELAR

Ação: 2.21 – MJANUNTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO CONSELHO TUTELAR, INCLUINDO CAPACITAÇÃO E APOIO A REALIZAÇÃO DE CONFERÊNCIAS

Natureza da Despesa: 3.3.90.30.00 Material de Consumo, Despesa reduzida – 119

Fonte de recurso: 501 – MSC – 1.501.0000 Recursos Próprios

Id – Uso: 0.1.00 – RECURSOS ORDINÁRIOS

BENEFÍCIOS EVENTUAIS PARA CESTAS BÁSICAS

Unidade gestora: 129005 – Fundo municipal de Assistência Social de Santa Cruz do Capibaribe

Órgão Orçamentário: 5000 – Secretaria de Governo e DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Unidade Orçamentária: 5002 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (ENTIDADE SUPERVISORA)

Função: 8 – Assistência Social

Subfunção: 244 – Assistência Comunitária

Programa: 811 – BENEFÍCIOS EVENTUAIS

Ação: 2.37 – MANUNTENÇÃO DE ECO-FINANCIAMENTO DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS

Natureza da Despesa: 3.3.90.30.00 Material, bem ou serviço para distribuição gratuita, Despesa reduzida 256

Fonte de recurso: 501 – MSC – 1.501.0000 Recursos Próprios

Id-Uso: 0.1.00 – RECURSOS ORDINÁRIOS

3. DA HABILITAÇÃO E PROPOSTA DE VENDA

Serão habilitadas as propostas que apresentem todos os documentos exigidos na Chamada Pública

Na ausência ou desconformidade de qualquer desses documentos, fica facultado ao Órgão Comprador a abertura de prazo para a regularização da documentação.

Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação, verificar-se-á o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

I - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, no endereço eletrônico www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php;

II – Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, no endereço eletrônico <http://www.portaltransparencia.gov.br/>;

III - Cadastro de inidôneos do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco no endereço eletrônico <https://www.tce.pe.gov.br/internet/index.php/declaracao-de-inidoneidade>; e

IV – Cadastro de inidôneos do Tribunal de Contas da União no endereço eletrônico <https://portal.tcu.gov.br/responsabilizacao-publica/licitantes-inidoneos/>.

Constatada a existência de sanção, poderá reputar-se falta de condição de participação, conforme o caso.

3.1. Dos Beneficiários Fornecedores (individual):

- a) prova de inscrição no Cadastro de Pessoa Física – CPF;
- b) extrato da DAP Física do agricultor familiar participante, emitido nos últimos 60 dias;
- c) a proposta de venda de produtos da agricultura familiar e/ou empreendedor familiar rural com assinatura do agricultor participante;
- d) declaração de que os gêneros alimentícios a serem entregues são oriundos de produção própria, relacionada na proposta de venda; e
- d) prova de atendimento aos requisitos higiênico-sanitários previstos em normativas específicas, quando for o caso.

3.2. Das Organizações Fornecedoras (grupo formal):

- a) prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;
- b) extrato da DAP Jurídica para associações e cooperativas, emitido nos últimos 60 dias;
- c) prova de regularidade com a Fazenda Federal, relativa a Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;
- d) cópias do estatuto e ata de posse da atual diretoria da entidade registrada no órgão competente;
- e) a proposta de venda de produtos da agricultura familiar assinada pelo seu representante legal;
- f) declaração de que os gêneros alimentícios a serem entregues são produzidos pelos associados/cooperados;
- g) declaração do seu representante legal de responsabilidade pelo controle do atendimento do limite individual de venda de seus cooperados/associados;
- h) prova de atendimento aos requisitos higiênico-sanitários previstos em normativas específicas, quando for o caso.

3.3. Demais Grupos Fornecedores (grupo informal):

- a) prova de inscrição no Cadastro de Pessoa Física – CPF;
- b) extrato da DAP Física de cada agricultor familiar participante, emitido nos últimos 60 dias;

- c) proposta de venda de produtos da agricultura familiar com assinatura de todos os agricultores participantes;
- d) prova de atendimento de requisitos em lei específica, quando for o caso; e
- e) declaração de que os gêneros alimentícios a serem entregues são oriundos de produção própria dos agricultores participantes da proposta.

4. DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

4.1 O critério para classificação das propostas seguirá o estipulado pela Resolução GGALIMENTA nº 3 de 14 de junho de 2022, obedecendo a seguinte ordem de prioridade:

- I – grupos de projetos de fornecedores locais;
- II – grupos de projetos estaduais;
- III – grupos de projetos regionais; e
- IV – grupos de projetos do país.

4.1.1. Entende-se por local, no caso de DAP física ou CAF, o município indicado na DAP ou CAF.

4.1.2. Entende-se por local, no caso de DAP jurídica ou CAD, o município onde estiver registrado o CNPJ da organização produtiva.

4.2. Realizada a ordenação indicada no item 4.1, para cada grupo de propostas de venda deve-se observar a seguinte ordem de prioridade para seleção:

I - os assentados de reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e as comunidades quilombolas, não havendo prioridade entre estes;

a) para efeitos do disposto neste inciso, devem ser consideradas organizações fornecedoras de assentamentos da reforma agrária, comunidades quilombolas e/ou indígenas aqueles em que a composição seja de, no mínimo 50%+1 (cinquenta por cento mais um) dos cooperados/associados das organizações produtivas pertencente a algum dos grupos citados, conforme identificação na(s) DAP(s) ou CAF(s);

b) no caso de empate entre organizações fornecedoras de assentamentos da reforma agrária, comunidades quilombolas e/ou indígenas, têm prioridade organizações produtivas com maior porcentagem de assentados da reforma agrária, quilombolas ou indígenas no seu quadro de associados/cooperados.

c) para fins do disposto neste parágrafo, é possível realizar a soma da porcentagem de cada grupo específico (assentamentos da reforma agrária, comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas) em uma DAP Jurídica ou no CAF, para fins de alcance do percentual de 50%+1 e consequente aquisição da prioridade legal em seleção de projetos de venda em processos de chamada pública.

II - os fornecedores de gêneros alimentícios certificados como orgânicos ou agroecológicos, segundo a Lei nº 10.831/2003, o Decreto nº 6.323/2007 e devido cadastros no MAPA;

III - As organizações/grupos fornecedores sobre os fornecedores individuais, e estes sobre Cooperativas Centrais da Agricultura Familiar (detentoras de DAP jurídica ou CAF conforme Portarias do MAPA que regulamentam a DAP);

a) no caso de empate entre organizações fornecedoras têm prioridade organizações produtivas com maior porcentagem de agricultores familiares e/ou empreendedores familiares rurais no seu quadro de associados/cooperados, conforme DAP jurídica ou CAF;

b) em caso de persistência de empate, deve ser realizado sorteio ou, em havendo consenso entre as partes, pode-se optar pela divisão nos fornecimentos dos produtos a serem adquiridos entre as organizações finalistas.

4.2.1. Caso não se obtenha as quantidades necessárias de produtos oriundos do grupo de propostas de venda de fornecedores locais, estas devem ser complementadas com as propostas de venda dos demais grupos indicados no item 4.1, de acordo com os critérios de seleção e priorização estabelecidos no item 4.2.

5. DISPOSIÇÕES GERAIS

5.1. A presente Chamada Pública poderá ser obtida no endereço Rua José Antônio Joaquim nº 140 – 1º Andar – Bairro Bela Vista - Santa Cruz do Capibaribe – PE, ou através do seguinte e-mail licitasantacc@outlook.com ou através do Portal da Transparência do Município.

5.2. Os produtos alimentícios deverão atender ao disposto na legislação sanitária (federal, estadual ou municipal) específica para os alimentos.

5.3. Os alimentos adquiridos devem ser de produção própria dos beneficiários e organizações fornecedores, observando que os produtos in natura, processados, beneficiados ou industrializados, resultantes das atividades dos agricultores familiares, das suas organizações e dos demais beneficiários da Lei nº 11.326, de 2006, são considerados produção própria destes fornecedores.

5.4. Os beneficiários e organizações fornecedoras podem contratar serviços de terceiros, em uma ou diversas etapas do processo produtivo, para o fornecimento de produtos beneficiados, processados ou industrializados, sendo necessária a apresentação do contrato ou instrumento congêneres.

5.5. Os valores a serem pagos aos beneficiários e organizações fornecedores correspondem aos preços de aquisição de cada produto, compatíveis com os vigentes no mercado e discriminados nesta chamada pública.

5.5. O limite individual de venda do Agricultor Familiar deverá respeitar o valor máximo de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), por Declaração de Aptidão ao Pronaf - DAP ou CAF por ano civil, por órgão comprador.

5.6. O limite de venda por organização fornecedora deverá respeitar o valor máximo de R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais) por DAP ou CAF Pessoa Jurídica, por ano civil, por órgão comprador ou 3.000.000,00 (três milhões de reais) para projetos apresentados por outros grupos fornecedores sem CNPJ.

Santa Cruz do Capibaribe/PE 22 de agosto de 2022.

Cloves Gonçalves Dias
Secretário Adjunto de Governo e Desenvolvimento Social

ANEXO I-A
MODELO DE PROJETO DE VENDA
Modelo proposto para Organização Fornecedora

PROJETO DE VENDA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR					
Proposta de atendimento à Chamada Pública nº					
I – IDENTIFICAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO FORNECEDORA					
1. Nome do Proponente			2. CNPJ		
3. Endereço			4. Município/UF		
5. E-mail		6. DDD/Fone		7. CEP	
8. Nº DAP Jurídica		9. Banco		10. Agência Corrente	
				11. Conta Nº da Conta	
12. Nº de Associados		13. Nº de Associados de acordo com a Lei nº 11.326/2006		14. Nº de Associados com DAP Física	
15. Nome do representante legal		16. CPF		17. DDD/Fone	
18. Endereço			19. Município/UF		
II – RELAÇÃO DE FORNECEDORES E PRODUTOS					
1. Identificação do agricultor familiar	2. Produto	3. Unidade	4. Quantidade	5. Preço Unitário	5. Preço Total
Nome					
CPF					
Nº DAP ou CAF				Valor Total do Agricultor	
Nome					

CPF					
Nº DAP ou CAF					Valor Total do Agricultor
Nome					
CPF					
Nº DAP ou CAF					Valor Total do Agricultor
III – TOTALIZAÇÃO DO PRODUTO					
1. Produto	2. Unidade	3. Quantidade	4. Preço Unitário	5. Valor Total do Produto	
Total da proposta:					
Declaro estar de acordo com as condições estabelecidas neste projeto e que as informações acima conferem com as condições de fornecimento.					
Local e Data:		Assinatura do Representante da Organização Fornecedora		Fone/E-mail:	



ANEXO I-B
MODELO DE PROJETO DE VENDA
Modelo Proposto para os Grupos Informais

PROJETO DE VENDA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR					
Proposta de atendimento à Chamada Pública nº					
I – IDENTIFICAÇÃO DO GRUPO FORNECEDOR					
1. Nome do Proponente			2. CPF		
3. Endereço		4. Município/UF		5. CEP	
6. E-mail (quando houver)			7. Fone		
8. Organizado por Entidade Articuladora () Sim () Não		9. Nome da Entidade Articuladora (quando houver)		10. E-mail/Fone	
II – FORNECEDORES PARTICIPANTES					
1. Nome do Agricultor(a) Familiar	2. CPF	3. DAP	4. Banco	5. Nº Agência	6. Nº Conta Corrente
1					
2					
3					
4					
5					
6					
III – RELAÇÃO DE FORNECEDORES E PRODUTOS					
1. Identificação do Agricultor (a) Familiar	2. Produto	3. Unidade	4. Quantidade	5. Preço de Aquisição/Unidade	6. Valor Total
					Total agricultor

					Total agricultor
					Total agricultor
Total do projeto:					

V – TOTALIZAÇÃO POR PRODUTO

1. Produto	2. Unidade	3. Quantidade	4. Preço/Unidade	5. Valor Total por Produto	
1					
2					
3					
4					
5					
Total do projeto:					

Declaro estar de acordo com as condições estabelecidas neste projeto e que as informações acima conferem com as condições de fornecimento.

Local e Data:	Assinatura do Representante do Grupo Fornecedor	Fone/E-mail:
Local e Data:	Agricultores (as) Fornecedores (as) do Grupo Fornecedor	Assinatura
1		
2		
3		
4		
5		
6		
7		
8		
9		



PREFEITURA
SANTA CRUZ
DO CAPIBARIBE
Vivendo um novo tempo

10			
11			
12			



ANEXO I-C
MODELO DE PROJETO DE VENDA
Modelo Proposto para os Fornecedores Individuais

PROJETO DE VENDA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR				
Proposta de atendimento à Chamada Pública nº				
I- IDENTIFICAÇÃO DO FORNECEDOR				
1. Nome do Proponente			2. CPF	
3. Endereço		4. Município/UF		5. CEP
6. Nº da DAP Física		7. DDD/Fone		8. E-mail (quando houver)
9. Banco		10. Nº da Agência		11. Nº da Conta Corrente
II - RELAÇÃO DOS PRODUTOS				
Produto	Unidade	Quantidade	Preço de Aquisição	
			Unitário	Total
1				
3				
4				
5				
6				
7				
8				
Nome do Representante Legal			CPF:	
Declaro estar de acordo com as condições estabelecidas neste projeto e que as informações acima conferem com as condições de fornecimento.				

Local e Data:	Assinatura do Fornecedor	CPF
---------------	--------------------------	-----



ANEXO II
Minuta de Contrato

CONTRATO N.º/20XX

CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR

O **MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE/PE** pessoa jurídica de direito público, com sede à Av. Padre Zuzinha nº 244/248 – centro - inscrita no CNPJ sob n.º 10.091.569/0001-63, por meio do Fundo Municipal de Assistência Social, inscrito no CNPJ/MF nº 12.010.299/0001-44, representado neste ato pelo (a) **Secretário Adjunto de Governo e Desenvolvimento Social Sr. Cloves Gonçalves Dias**, doravante denominado CONTRATANTE, e por outro lado (nome do grupo formal ou informal ou fornecedor individual), situado à Av. n.º _____, em (município), inscrita no CNPJ sob n.º _____, (para grupo formal), CPF sob n.º _____ (grupos informais e individuais), doravante denominado (a) CONTRATADO (A), fundamentados nas disposições da Lei nº 11.947/2009 e da Lei nº 8.666/93, e tendo em vista o que consta na Chamada Pública nº 002/2022 resolvem celebrar o presente contrato mediante as cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

É objeto desta contratação a AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR, por meio da modalidade de Compra Institucional do Programa Alimenta Brasil, visando atender as necessidades da Secretaria de Governo e Desenvolvimento Social, todos de acordo com a chamada pública nº 002/2022, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA:

O CONTRATADO se compromete a fornecer os gêneros alimentícios da Agricultura Familiar ao CONTRATANTE conforme descrito na Cláusula Quarta deste Contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA:

O prazo para entrega dos gêneros será de **até 5 (cinco) dias consecutivos**, contado da solicitação feita através da Ordem de Fornecimento ou Nota de Empenho.

A solicitação de gêneros será feita **semanalmente** ou de acordo com a necessidade do município.

A Contratada ficará obrigada a trocar o(s) produto(s) que vier(em) a ser rejeitado(s) por não atender(em) à(s) especificação(ões) anexa(s) a este Projeto básico, sem que isto acarrete qualquer ônus à Administração ou importe na relevação das sanções previstas na legislação vigente. O prazo para entrega do(s) novo(s) produto(s) será de **até 48 (quarenta e oito) horas**, contado do recebimento da solicitação de troca

O objeto deste Projeto básico deverá ser entregue parceladamente pela(s) licitante(s) vencedora(s), por sua conta, risco e expensas, nas quantidades solicitadas pelo Contratante, no endereço - Rua Arthur da Silva Correia nº 44 – Bairro Santo Agostinho, Santa Cruz do Capibaribe/PE, com suas quantidades descritas nas Ordens de Fornecimento, mediante agendamento através do e-mail: licitsantacc@outlook.com

CLÁUSULA QUARTA:

Pelo fornecimento dos gêneros alimentícios, nos quantitativos descritos abaixo (no quadro), de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, o (a) CONTRATADO (A) receberá o valor total de R\$ _____).

O recebimento das mercadorias dar-se-á mediante apresentação do Termo de Recebimento e das Notas Fiscais de Venda pela pessoa responsável pela alimentação no local de entrega, consoante anexo deste Contrato.

Os produtos alimentícios deverão atender ao disposto na legislação sanitária (federal, estadual ou municipal) específica para os alimentos.

Os alimentos adquiridos devem ser de produção própria dos beneficiários e organizações fornecedores, observando que os produtos in natura, processados, beneficiados ou industrializados, resultantes das atividades dos agricultores familiares, das suas organizações e dos demais beneficiários da Lei nº 11.326, de 2006, são considerados produção própria destes fornecedores.

Os beneficiários e organizações fornecedoras podem contratar serviços de terceiros, em uma ou diversas etapas do processo produtivo, para o fornecimento de produtos beneficiados, processados ou industrializados, sendo necessária a apresentação do contrato ou instrumento congêneres.

Os valores a serem pagos aos beneficiários e organizações fornecedores correspondem aos preços de aquisição de cada produto, compatíveis com os vigentes no mercado e discriminados nesta chamada pública.

O limite individual de venda do Agricultor Familiar deverá respeitar o valor máximo de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), por Declaração de Aptidão ao Pronaf - DAP ou CAF por ano civil, por órgão comprador. OU

O limite de venda por organização fornecedora deverá respeitar o valor máximo de R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais) por DAP ou CAF Pessoa Jurídica, por ano civil, por órgão comprador OU 3.000.000,00 (três milhões de reais) para projetos apresentados por outros grupos fornecedores sem CNPJ.

CLÁUSULA QUINTA:

As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:_____.

CLÁUSULA SEXTA:

O Contratante efetuará o pagamento das notas fiscais referentes ao fornecimento do objeto deste Contrato em até **30 (trinta) dias consecutivos**, a contar da data da entrega, e será remetida ao setor de compras, localizado no endereço Avenida Padre Zuzinha nº 178 - Centro, devendo ser apresentadas devidamente atestadas e corretamente preenchidas, sem rasuras.

Fica assegurado o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro inicial do Contrato, na ocorrência de fato superveniente que implique a inviabilidade de sua execução.

O atraso no pagamento, desde que para tanto a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, haverá incidência de atualização monetária sobre o valor devido, pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do IBGE.

Ocorrendo o atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pelo Contratante decorrentes de fornecimento já recebidos, salvo em caso previsto em lei, fica assegurado à

Contratada o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação.

CLÁUSULA SÉTIMA:

A Gestão do(s) contrato(s) ficará sob a responsabilidade do Secretário Adjunto de Governo e Desenvolvimento Social o Sr. Cloves Gonçalves Dias.

A fiscalização da execução do(s) Contrato(s) ficará sob a responsabilidade da Sra. Eduarda Gabrielly Barros, nutricionista, CRN: 30145.

Não obstante o(s) contratado(s) ser(em)o(s) único(s) e exclusivo(s) responsável(is) por toda execução contratual, ao Contratante é reservado o direito de, sem qualquer forma de restringir a plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização, diretamente ou por prepostos designados.

I – Caberá ao fiscal do(s) Contrato(s):

- a) Responsabilizar-se pela vigilância e garantia da regularidade e adequação do fornecimento;
- b) Conhecer plenamente os termos registrados sob sua fiscalização, principalmente suas cláusulas, assim como as condições constantes do edital e seus anexos, com vistas a identificar as obrigações *in concreto* tanto do Contratante quanto da Contratada;
- c) Conhecer e reunir-se com o preposto da Contratada com a finalidade de definir e estabelecer as estratégias da execução do objeto, bem como traçar metas de controle, fiscalização e acompanhamento do fornecimento;
- d) Exigir da Contratada o fiel cumprimento de todas as condições registradas e contratuais assumidas, constantes das cláusulas e demais condições do edital e respectivos anexos;
- e) Comunicar à Administração a necessidade de alterações do quantitativo do objeto ou modificação da forma de sua execução, em razão do fato superveniente ou de outro qualquer, que possa comprometer a aderência registrada e seu efetivo resultado;
- f) Recusar o fornecimento irregular, não aceitando produto diverso daquele que se encontra especificado no presente Contrato, assim como observar, para o seu correto recebimento;
- g) Comunicar por escrito qualquer falta cometida pela Contratada;
- h) Comunicar formalmente ao seu respectivo Gestor do Contrato as irregularidades cometidas passíveis de penalidade, após os contatos prévios com a Contratada;
- i) Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do Contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

II – Caberá ao gestor do(s) Contrato(s):

- a) Autorizar a abertura de processo administrativo visando à aplicação das penalidades cabíveis, garantindo a defesa prévia à Contratada, garantida a ampla defesa e o contraditório;
- b) Emitir avaliação da qualidade do fornecimento;
- c) Acompanhar e observar o cumprimento das cláusulas contratuais;
- d) Analisar os relatórios e documentos enviados pelo(s) fiscal(is);
- e) Propor aplicação de sanções administrativas pelo descumprimento das cláusulas registradas apontadas pelos fiscais;
- f) Providenciar o pagamento das faturas emitidas pela Contratada, mediante a observância das exigências registradas e legais;
- g) Manter controle atualizado dos pagamentos efetuados, observando para que o valor do contrato não seja ultrapassado;
- h) Orientar o fiscal do contrato para a adequada observância das cláusulas registradas.

CLÁUSULA OITAVA:

O CONTRATADO deverá guardar pelo prazo de 05 (cinco) anos, cópias das Notas Fiscais de Venda, ou congêneres, dos produtos participantes da Proposta de Venda de Alimentos da Agricultura Familiar, as quais ficarão à disposição para comprovação.

O CONTRATANTE se compromete em guardar pelo prazo de 05 (cinco) anos as Notas Fiscais de Compra apresentadas nas prestações de contas, bem como a Proposta de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, as quais ficarão à disposição para comprovação.

CLÁUSULA NONA:

O CONTRATANTE em razão da supremacia do interesse público sobre os interesses particulares poderá:

- a) modificar unilateralmente o contrato para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitando os direitos do CONTRATADO;
- b) rescindir unilateralmente o contrato, nos casos de infração contratual ou inaptidão do CONTRATADO;
- c) fiscalizar a execução do contrato;
- d) aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;
- e) Sempre que o CONTRATANTE alterar ou rescindir o contrato sem restar caracterizada culpa do CONTRATADO, deverá respeitar o equilíbrio econômico-financeiro, garantindo-lhe o aumento da remuneração respectiva ou a indenização por despesas já realizadas.

CLÁUSULA DÉCIMA:

De acordo com os art. 2º, § 1º, e art. 3º, § 1º, da Lei 10.192/01, no prazo inferior a 12 (doze) meses, contados a partir da data da apresentação das propostas, os valores não poderão ser reajustados, assegurados à manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro, na forma da alínea "d", inciso II do art. 65 Lei 8666/93.

Na hipótese da possibilidade de reajuste de preços, o índice para reajuste a ser utilizado será o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do IBGE ou outro que venha a lhe substituir.

A concessão do reajuste fica condicionada à apresentação de requerimento pela contratada, isentando a Administração de concedê-lo de ofício.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA:

Comete infração administrativa nos termos da Lei n.º 8.666, de 1993, CONTRATADO que:

- a) Cometer inexecução total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- b) Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- c) Fraudar na execução do contrato;
- d) Comportar-se de modo inidôneo;
- e) Cometer fraude fiscal;
- f) Não mantiver a proposta.

O CONTRATADO que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- g) Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a CONTRATANTE;
- h) Multa moratória de 1 % (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;
- i) Multa compensatória de 10 % (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
- j) Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
- k) Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão ou entidade CONTRATANTE, pelo prazo de até dois anos;
- l) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade

que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a CONTRATANTE pelos prejuízos causados.

Também ficam sujeitas às penalidades dos incisos III e IV do art. 87 da Lei n.º 8.666, de 1993, o CONTRATADO que:

- m) Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- n) Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- o) Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei n.º 8.666, de 1993.

A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

É de exclusiva responsabilidade do CONTRATADO o ressarcimento de danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à fiscalização

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA:

O presente contrato rege-se, ainda, pela chamada pública n.º /20XX, pela Lei nº 14.284/2021, pelo Decreto nº 10.880/2021, pela Resolução GGALIMENTA nº 3/2022 e pela aplicação subsidiária da Lei nº 8.666/93, em todos os seus termos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA:

Este Contrato poderá ser aditado a qualquer tempo, mediante acordo formal entre as partes, resguardadas as suas condições essenciais.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA:

Este Contrato, desde que observada à formalização preliminar à sua efetivação, por carta, consoante Cláusula Décima Quinta, poderá ser rescindido, de pleno direito, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nos seguintes casos:

- a) por acordo entre as partes;
- b) pela inobservância de qualquer de suas condições;
- c) por quaisquer dos motivos previstos em lei.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA:

O presente contrato vigorará da sua assinatura até a entrega total dos produtos mediante o cronograma apresentado (Cláusula Quarta) ou até ____ de ____ de ____.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA:

É competente o Foro da Comarca de _____ para dirimir qualquer controvérsia que se originar deste contrato.

E, por estarem assim, justos e contratados, assinam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

_____, ____ de _____ de ____.



FRETEIRA
SANTA CRUZ
DO CAPIBARIBE

Vivendo um novo tempo

(município)

CONTRATADO(S) (Fornecedor ou Grupo Fornecedor)
CONTRATADA (Organização Fornecedor)

SECRETÁRIO (A) DE XXXXXX

TESTEMUNHAS:

- 1.
- 2.



ANEXO III PROJETO BÁSICO

1. OBJETO

O objeto da presente Chamada Pública é a aquisição de alimentos de agricultores familiares por meio da modalidade de Compra Institucional do Programa Alimenta Brasil, visando atender as necessidades da Secretaria de Governo e Desenvolvimento Social conforme especificação e quantitativo contidos no apêndice I.

2. JUSTIFICATIVA

O Município por meio da Secretaria de Governo e Desenvolvimento Social, buscando promover o acesso à alimentação e incentivar a agricultura familiar por meio da modalidade de Compra Institucional do Programa Alimenta Brasil prevista na Lei nº 14.284/2021 e regulamentada pelo Decreto Federal nº 10.880/2021 e Resolução GGALIMENTA nº 3/2022, que objetivou garantir a compra de alimentos da agricultura familiar, com os próprios recursos financeiros dos órgãos públicos, dispensando-se a licitação, para as demandas regulares de consumo de alimentos. Sabe-se que poderão ser abastecidos hospitais, refeitórios de creches, cozinhas comunitárias, entre outros.

3. DA CHAMADA PÚBLICA

A aquisição do objeto deste projeto básico deverá ocorrer através de Chamada Pública, nos termos da Lei nº 14.284/2021, do Decreto nº 10.880/2021 e Resolução GGALIMENTA nº 3/2022.

4. DOS PRAZOS

4.1. A vigência do credenciamento será de **12 (doze) meses**, com início a partir da data de seleção do(s) vencedor(s).

4.2. O(s) credenciado(s) selecionado(s) será(ão) convocado(s) para assinar(em) o(s) instrumento(s) de contrato(s) o que deverá(ão) fazê-lo no prazo máximo de até **05 (cinco) dias consecutivos**, contado a partir da data da convocação oficial, sob pena de decair o direito à contratação, conforme disciplinado no art. 64 da lei 8.666/93, sem prejuízo da aplicação do disposto no art. 81 do mesmo diploma legal.

4.3. O prazo para entrega dos gêneros será de **até 5 (cinco) dias consecutivos**, contado da solicitação feita através da Ordem de Fornecimento ou Nota de Empenho.

4.3.1. A solicitação de gêneros será feita **semanalmente** ou de acordo com a necessidade do município.

4.3.2. A Contratada ficará obrigada a trocar o(s) produto(s) que vier(em) a ser rejeitado(s) por não atender(em) à(s) especificação(ões) anexa(s) a este Projeto básico, sem que isto acarrete qualquer ônus à Administração ou importe na relevação das sanções previstas na legislação vigente. O prazo para entrega do(s) novo(s) produto(s) será de até **48 (quarenta e oito) horas**, contado do recebimento da solicitação de troca

4.3.3 - O objeto deste Projeto básico deverá ser entregue parceladamente pela(s) licitante(s) vencedora(s), por sua conta, risco e expensas, nas quantidades solicitadas pelo Contratante, no endereço - Rua Arthur da Silva Correia nº 44 – Bairro Santo Agostinho, Santa Cruz do Capibaribe/PE, com suas quantidades descritas nas Ordens de Fornecimento, mediante agendamento através do e-mail: licitantacc@outlook.com

5. DOS RECURSOS FINANCEIROS

5.1 – O valor total deste projeto básico é de **R\$ 961.373,00 (Novecentos e sessenta e um mil e trezentos e setenta e três reais)**.

5.2 - Os recursos alocados para a realização do objeto do presente projeto básico são oriundos das seguintes rubricas orçamentárias:

Unidade gestora: 129005 – Fundo municipal de Assistência Social de Santa Cruz do Capibaribe

Órgão Orçamentário: 5000 – Secretaria de Governo e DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Unidade Orçamentária: 5002 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (ENTIDADE SUPERVISORA)

Função: 8 – Assistência Social

Subfunção: 243 – Assistência á criança ao Adolescentes

Programa: 805- PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE

Ação: 2.24 – MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL PARA CRIANÇAS, ADOLESCENTES, ADULTOS E FAMÍLIAS

Natureza da Despesa: 3.3.90.30.00 Material de Consumo, Despesa reduzida – 1080

Fonte de recurso: 661 – MSC – 1.661.0000 Transferências dos Fundos Estaduais de Assistência Social – FEAS

COORDENADORIA DA MULHER, PRAÇA DO CEO

Unidade gestora: 129005 – Fundo municipal de Assistência Social de Santa Cruz do Capibaribe

Órgão Orçamentário: 5000 – Secretaria de Governo e DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Unidade Orçamentária: 5002 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (ENTIDADE SUPERVISORA)

Função: 8 – Assistência Social

Subfunção: 243 – Administração Geral

Programa: 801- Gestão do fundo Municipal de Assistência Social

Ação: 2.14 – GESTÃO ADMINISTRATIVA DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CUSTEIO

Natureza da Despesa: 3.3.90.30.00 Material de Consumo, Despesa reduzida – 79

Fonte de recurso: 501 – MSC – 1.501.0000 Recursos Próprios

Id-Uso: 0.1.00 – RECURSOS ORDINÁRIOS

CRAS

Unidade gestora: 129005 – Fundo municipal de Assistência Social de Santa Cruz do Capibaribe

Órgão Orçamentário: 5000 – Secretaria de Governo e DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Unidade Orçamentária: 5002 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (ENTIDADE SUPERVISORA)

Função: 8 – Assistência Social

Subfunção: 243 – Assistência Comunitária

Programa: 802 – FORTALECIMENTO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

Ação: 2.33 – SERVIÇO DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO INTEGRAL Á FAMÍLIA - CRAS

Natureza da Despesa: 3.3.90.30.00 Material de Consumo, Despesa reduzida – 149

Fonte de recurso: 661 – MSC – 1.661.0000 Transferências dos Fundos Estaduais de Assistência Social – FEAS

Natureza da Despesa: 3.3.90.30.00 Material de Consumo, Despesa reduzida – 148
Fonte de recurso: 660 – MSC – 1.660.0000 Recursos Transferidos pelo FNAS

CREAS

Unidade gestora: 129005 – Fundo municipal de Assistência Social de Santa Cruz do Capibaribe

Órgão Orçamentário: 5000 – Secretaria de Governo e DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Unidade Orçamentária: 5002 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (ENTIDADE SUPERVISORA)

Função: 8 – Assistência Social

Subfunção: 244 – Assistência Comunitária

Programa: 804 – PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE

Ação: 2.20. – SERVIÇO DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO ESPECIALIZADO ÀS FAMILIAS E INDIVÍDUOS

Natureza da Despesa: 3.3.90.30.00 Material de Consumo, Despesa reduzida – 185

Fonte de recurso: 660 – MSC – 1.660.0000 Recursos Transferidos pelo FNAS

BOLSA FAMILIA

Unidade gestora: 129005 – Fundo municipal de Assistência Social de Santa Cruz do Capibaribe

Órgão Orçamentário: 5000 – Secretaria de Governo e DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Unidade Orçamentária: 5002 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (ENTIDADE SUPERVISORA)

Função: 8 – Assistência Social

Subfunção: 244 – Assistência Comunitária

Programa: 807 – GESTÃO DO SUAS

Ação: 2.31 – MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO IGD-PBF

Natureza da Despesa: 3.3.90.30.00 Material de Consumo, Despesa reduzida – 221

Fonte de recurso: 660 – MSC – 1.660.0000 Recursos Transferidos pelo FNAS

CASA DE APOIO DO RECIFE

Unidade gestora: 129005 – Fundo municipal de Assistência Social de Santa Cruz do Capibaribe

Órgão Orçamentário: 5000 – Secretaria de Governo e DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Unidade Orçamentária: 5002 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (ENTIDADE SUPERVISORA)

Função: 8 – Assistência Social

Subfunção: 244 – Assistência Comunitária

Programa: 813 – ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL

Ação: 2.25 - MANUTENÇÃO DE CASA DE APOIO

Natureza da Despesa: 3.3.90.30.00 Material de Consumo, Despesa reduzida – 262

Fonte de recurso: 501 – MSC – 1.501.0000 Recursos Próprios

Id-Uso: 0.1.00 – RECURSOS ORDINÁRIOS

SERVIÇOS DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS

Unidade gestora: 129005 – Fundo municipal de Assistência Social de Santa Cruz do Capibaribe

Órgão Orçamentário: 5000 – Secretaria de Governo e DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Unidade Orçamentária: 5001 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (ENTIDADE SUPERVISORA)

Função: 8 – Assistência Social

Subfunção: 243 – Assistência à Criança e ao Adolescente
Programa: 802 – FORTALECIMENTO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA
Ação: 2.32 – MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS
Natureza da Despesa: 3.3.90.30.00 Material de Consumo, Despesa reduzida – 134
Fonte de recurso: 660 – MSC – 1.660.0000 Recursos Transferidos pelo FNAS

CENTRO DE CONVIVÊNCIA DE IDOSOS – CCI

Unidade gestora: 129005 – Fundo municipal de Assistência Social de Santa Cruz do Capibaribe
Órgão Orçamentário: 5000 – Secretaria de Governo e DESENVOLVIMENTO SOCIAL
Unidade Orçamentária: 5001 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (ENTIDADE SUPERVISORA)
Função: 8 – Assistência Social
Subfunção: 244 – Assistência ao Idoso
Programa: 802 – FORTALECIMENTO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA
Ação: 2.32 – MANUTENÇÃO DE AÇÕES VINCULADAS AOS IDOSOS, INCLUINDO CCI
Natureza da Despesa: 3.3.90.30.00 Material de Consumo, Despesa reduzida – 100
Fonte de recurso: 660 – MSC – 1.660.0000 Recursos Transferidos pelo FNAS

CONSELHO TUTELAR

Unidade gestora: 129005 – Fundo municipal de Assistência Social de Santa Cruz do Capibaribe
Órgão Orçamentário: 5000 – Secretaria de Governo e DESENVOLVIMENTO SOCIAL
Unidade Orçamentária: 5001 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (ENTIDADE SUPERVISORA)
Função: 8 – Assistência Social
Subfunção: 243 – Assistência à Criança e ao Adolescente
Programa: 803 – CONSELHO TUTELAR
Ação: 2.21 – MJANUNTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO CONSELHO TUTELAR, INCLUINDO CAPACITAÇÃO E APOIO A REALIZAÇÃO DE CONFERÊNCIAS
Natureza da Despesa: 3.3.90.30.00 Material de Consumo, Despesa reduzida – 119
Fonte de recurso: 501 – MSC – 1.501.0000 Recursos Próprios
Id – Uso: 0.1.00 – RECURSOS ORDINÁRIOS

BENEFÍCIOS EVENTUAIS PARA CESTAS BÁSICAS

Unidade gestora: 129005 – Fundo municipal de Assistência Social de Santa Cruz do Capibaribe
Órgão Orçamentário: 5000 – Secretaria de Governo e DESENVOLVIMENTO SOCIAL
Unidade Orçamentária: 5002 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (ENTIDADE SUPERVISORA)
Função: 8 – Assistência Social
Subfunção: 244 – Assistência Comunitária
Programa: 811 – BENEFÍCIOS EVENTUAIS
Ação: 2.37 – MANUTENÇÃO DE ECO-FINANCIAMENTO DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS
Natureza da Despesa: 3.3.90.30.00 Material, bem ou serviço para distribuição gratuita, Despesa reduzida 256
Fonte de recurso: 501 – MSC – 1.501.0000 Recursos Próprios
Id-Uso: 0.1.00 – RECURSOS ORDINÁRIOS

6. DA HABILITAÇÃO E PROPOSTA DE VENDA

Serão habilitadas as propostas que apresentem todos os documentos exigidos na Chamada Pública

Na ausência ou desconformidade de qualquer desses documentos, fica facultado ao Órgão Comprador a abertura de prazo para a regularização da documentação.

Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação, verificar-se-á o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- I - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, no endereço eletrônico www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php;
- II – Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, no endereço eletrônico <http://www.portaltransparencia.gov.br/>;
- III - Cadastro de inidôneos do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco no endereço eletrônico <https://www.tce.pe.gov.br/internet/index.php/declaracao-de-inidoneidade>; e
- IV – Cadastro de inidôneos do Tribunal de Contas da União no endereço eletrônico <https://portal.tcu.gov.br/responsabilizacao-publica/licitantes-inidoneos/>.

Constatada a existência de sanção, poderá reputar-se falta de condição de participação, conforme o caso.

6.1. Dos Beneficiários Fornecedores (individual):

- a) prova de inscrição no Cadastro de Pessoa Física – CPF;
- b) extrato da DAP Física do agricultor familiar participante, emitido nos últimos 60 dias;
- c) a proposta de venda de produtos da agricultura familiar e/ou empreendedor familiar rural com assinatura do agricultor participante;
- d) declaração de que os gêneros alimentícios a serem entregues são oriundos de produção própria, relacionada na proposta de venda; e
- d) prova de atendimento aos requisitos higiênico-sanitários previstos em normativas específicas, quando for o caso.

6.2. Das Organizações Fornecedoras (grupo formal):

- a) prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;
- b) extrato da DAP Jurídica para associações e cooperativas, emitido nos últimos 60 dias;
- c) prova de regularidade com a Fazenda Federal, relativa a Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;
- d) cópias do estatuto e ata de posse da atual diretoria da entidade registrada no órgão competente;
- e) a proposta de venda de produtos da agricultura familiar assinada pelo seu representante legal;
- f) declaração de que os gêneros alimentícios a serem entregues são produzidos pelos associados/cooperados;
- g) declaração do seu representante legal de responsabilidade pelo controle do atendimento do limite individual de venda de seus cooperados/associados;
- h) prova de atendimento aos requisitos higiênico-sanitários previstos em normativas específicas, quando for o caso.

6.3. Demais Grupos Fornecedores (grupo informal):

- a) prova de inscrição no Cadastro de Pessoa Física – CPF;
- b) extrato da DAP Física de cada agricultor familiar participante, emitido nos últimos 60 dias;
- c) proposta de venda de produtos da agricultura familiar com assinatura de todos os agricultores participantes;

- d) prova de atendimento de requisitos em lei específica, quando for o caso; e
- e) declaração de que os gêneros alimentícios a serem entregues são oriundos de produção própria dos agricultores participantes da proposta.

7. DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

7.1 O critério para classificação das propostas seguirá o estipulado pela Resolução GGALIMENTA nº 3 de 14 de junho de 2022, obedecendo a seguinte ordem de prioridade:

- I – grupos de projetos de fornecedores locais;
- II – grupos de projetos estaduais;
- III – grupos de projetos regionais; e
- IV – grupos de projetos do país.

7.1.1. Entende-se por local, no caso de DAP física ou CAF, o município indicado na DAP ou CAF.

7.1.2. Entende-se por local, no caso de DAP jurídica ou CAD, o município onde estiver registrado o CNPJ da organização produtiva.

7.2. Realizada a ordenação indicada no item 7.1, para cada grupo de propostas de venda deve-se observar a seguinte ordem de prioridade para seleção:

I - os assentados de reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e as comunidades quilombolas, não havendo prioridade entre estes;

a) para efeitos do disposto neste inciso, devem ser consideradas organizações fornecedoras de assentamentos da reforma agrária, comunidades quilombolas e/ou indígenas aqueles em que a composição seja de, no mínimo 50%+1 (cinquenta por cento mais um) dos cooperados/associados das organizações produtivas pertencente a algum dos grupos citados, conforme identificação na(s) DAP(s) ou CAF(s);

b) no caso de empate entre organizações fornecedoras de assentamentos da reforma agrária, comunidades quilombolas e/ou indígenas, têm prioridade organizações produtivas com maior porcentagem de assentados da reforma agrária, quilombolas ou indígenas no seu quadro de associados/cooperados.

c) para fins do disposto neste parágrafo, é possível realizar a soma da porcentagem de cada grupo específico (assentamentos da reforma agrária, comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas) em uma DAP Jurídica ou no CAF, para fins de alcance do percentual de 50%+1 e consequente aquisição da prioridade legal em seleção de projetos de venda em processos de chamada pública.

II - os fornecedores de gêneros alimentícios certificados como orgânicos ou agroecológicos, segundo a Lei nº 10.831/2003, o Decreto nº 6.323/2007 e devido cadastros no MAPA;

III - As organizações/grupos fornecedores sobre os fornecedores individuais, e estes sobre Cooperativas Centrais da Agricultura Familiar (detentoras de DAP jurídica ou CAF conforme Portarias do MAPA que regulamentam a DAP);

a) no caso de empate entre organizações fornecedoras têm prioridade organizações produtivas com maior porcentagem de agricultores familiares e/ou empreendedores familiares rurais no seu quadro de associados/cooperados, conforme DAP jurídica ou CAF;

b) em caso de persistência de empate, deve ser realizado sorteio ou, em havendo consenso entre as partes, pode-se optar pela divisão nos fornecimentos dos produtos a serem adquiridos entre as organizações finalistas.

7.2.1. Caso não se obtenha as quantidades necessárias de produtos oriundos do grupo de propostas de venda de fornecedores locais, estas devem ser complementadas com as propostas de venda dos demais grupos indicados no item 7.1, de acordo com os critérios de seleção e priorização estabelecidos no item 7.2.

8. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO(S) CONTRATO(S)

8.1. A Gestão do(s) contrato(s) ficará sob a responsabilidade do Secretário Adjunto de Governo e Desenvolvimento Social o Sr. Cloves Gonçalves Dias.

8.2. A fiscalização da execução do(s) Contrato(s) ficará sob a responsabilidade da Sra. Eduarda Gabrielly Barros, nutricionista, CRN: 30145.

8.3. Não obstante o(s) contratado(s) ser(em)o(s) único(s) e exclusivo(s) responsável(is) por toda execução contratual, ao Contratante é reservado o direito de, sem qualquer forma de restringir a plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização, diretamente ou por prepostos designados.

8.4. Caberá ao fiscal do(s) Contrato(s):

- a) Responsabilizar-se pela vigilância e garantia da regularidade e adequação do fornecimento;
- b) Conhecer plenamente os termos registrados sob sua fiscalização, principalmente suas cláusulas, assim como as condições constantes do edital e seus anexos, com vistas a identificar as obrigações *in concreto* tanto do Contratante quanto da Contratada;
- c) Conhecer e reunir-se com o preposto da Contratada com a finalidade de definir e estabelecer as estratégias da execução do objeto, bem como traçar metas de controle, fiscalização e acompanhamento do fornecimento;
- d) Exigir da Contratada o fiel cumprimento de todas as condições registradas e contratuais assumidas, constantes das cláusulas e demais condições do edital e respectivos anexos;
- e) Comunicar à Administração a necessidade de alterações do quantitativo do objeto ou modificação da forma de sua execução, em razão do fato superveniente ou de outro qualquer, que possa comprometer a aderência registrada e seu efetivo resultado;
- f) Recusar o fornecimento irregular, não aceitando produto diverso daquele que se encontra especificado no presente Contrato, assim como observar, para o seu correto recebimento;
- g) Comunicar por escrito qualquer falta cometida pela Contratada;
- h) Comunicar formalmente ao seu respectivo Gestor do Contrato as irregularidades cometidas passíveis de penalidade, após os contatos prévios com a Contratada;
- i) Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do Contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

8.5 - Caberá ao gestor do(s) Contrato(s):

- a) Autorizar a abertura de processo administrativo visando à aplicação das penalidades cabíveis, garantindo a defesa prévia à Contratada, garantida a ampla defesa e o contraditório;
- b) Emitir avaliação da qualidade do fornecimento;
- c) Acompanhar e observar o cumprimento das cláusulas contratuais;
- d) Analisar os relatórios e documentos enviados pelo(s) fiscal(is);
- e) Propor aplicação de sanções administrativas pelo descumprimento das cláusulas registradas apontadas pelos fiscais;
- f) Providenciar o pagamento das faturas emitidas pela Contratada, mediante a observância das exigências registradas e legais;
- g) Manter controle atualizado dos pagamentos efetuados, observando para que o valor do contrato não seja ultrapassado;
- h) Orientar o fiscal do contrato para a adequada observância das cláusulas registradas.

9. RECEBIMENTO DO OBJETO

9. O recebimento das mercadorias dar-se-á mediante apresentação do Termo de Recebimento e das Notas Fiscais de Venda pela pessoa responsável pela alimentação no local de entrega, consoante anexo deste Contrato.

10. PAGAMENTO E REAJUSTE

10.1. O Contratante efetuará o pagamento das notas fiscais referentes ao fornecimento do objeto deste Contrato em até **30 (trinta) dias consecutivos**, a contar da data da entrega, e será remetida ao setor de compras, localizado na Avenida Padre Zuzinha nº 178 – Centro, devendo ser apresentadas devidamente atestadas e corretamente preenchidas, sem rasuras.

10.1.1. Fica assegurado o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro inicial do Contrato, na ocorrência de fato superveniente que implique a inviabilidade de sua execução.

10.1.2. Atraso no pagamento, desde que para tanto a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, haverá incidência de atualização monetária sobre o valor devido, pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do IBGE.

10.1.3. Ocorrendo o atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pelo Contratante decorrentes de fornecimento já recebidos, salvo em caso previsto em lei, fica assegurado à Contratada o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação.

10.2. De acordo com os art. 2º, § 1º, e art. 3º, § 1º, da Lei 10.192/01, no prazo inferior a 12 (doze) meses, contados a partir da data da apresentação das propostas, os valores não poderão ser reajustados, assegurados à manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro, na forma da alínea “d”, inciso II do art. 65 Lei 8666/93.

10.2.1. Na hipótese da possibilidade de reajuste de preços, o índice para reajuste a ser utilizado será o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do IBGE ou outro que venha a lhe substituir.

10.2.2. A concessão do reajuste fica condicionada à apresentação de requerimento pela contratada, isentando a Administração de concedê-lo de ofício.

11. DAS PRERROGATIVAS DO CONTRATANTE

11.1. O CONTRATANTE em razão da supremacia do interesse público sobre os interesses particulares poderá:

- a) modificar unilateralmente o contrato para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitando os direitos do CONTRATADO;
- b) rescindir unilateralmente o contrato, nos casos de infração contratual ou inaptidão do CONTRATADO;
- c) fiscalizar a execução do contrato;
- d) aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;
- e) Sempre que o CONTRATANTE alterar ou rescindir o contrato sem restar caracterizada culpa do CONTRATADO, deverá respeitar o equilíbrio econômico-financeiro, garantindo-lhe o aumento da remuneração respectiva ou a indenização por despesas já realizadas.

12. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei n.º 8.666, de 1993, participante que:

- a) Cometer inexecução total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- b) Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- c) Fraudar na execução do contrato;
- d) Comportar-se de modo inidôneo;
- e) Cometer fraude fiscal;
- f) Não manter a proposta.

12.2. O participante que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- a) Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para ao MUNICÍPIO;
- b) Multa moratória de 1 % (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;
- c) Multa compensatória de 10 % (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
- d) Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
- e) Suspensão de licitar e impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de até dois anos;
- f) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o participante ressarcir a Administração pelos prejuízos causados.

12.3. Também ficam sujeitas às penalidades dos incisos III e IV do art. 87 da Lei n.º 8.666, de 1993, o participante que:

- a) Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- b) Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- c) Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

12.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao participante, observando-se o procedimento previsto na Lei n.º 8.666, de 1993.

12.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

13. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. Os produtos alimentícios deverão atender ao disposto na legislação sanitária (federal, estadual ou municipal) específica para os alimentos.

13.2. Os alimentos adquiridos devem ser de produção própria dos beneficiários e organizações fornecedores, observando que os produtos in natura, processados, beneficiados ou industrializados, resultantes das atividades dos agricultores familiares, das suas organizações e dos demais beneficiários da Lei nº 11.326, de 2006, são considerados produção própria destes fornecedores.

13.3. Os beneficiários e organizações fornecedoras podem contratar serviços de terceiros, em uma ou diversas etapas do processo produtivo, para o fornecimento de produtos beneficiados, processados ou industrializados, sendo necessária a apresentação do contrato ou instrumento congêneres.

13.4. Os valores a serem pagos aos beneficiários e organizações fornecedores correspondem aos preços de aquisição de cada produto, compatíveis com os vigentes no mercado e discriminados nesta chamada pública.

13.5. O limite individual de venda do Agricultor Familiar deverá respeitar o valor máximo de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), por Declaração de Aptidão ao Pronaf - DAP ou CAF por ano civil, por órgão comprador.

13.6. O limite de venda por organização fornecedora deverá respeitar o valor máximo de R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais) por DAP ou CAF Pessoa Jurídica, por ano civil, por órgão comprador ou 3.000.000,00 (três milhões de reais) para projetos apresentados por outros grupos fornecedores sem CNPJ.

Cloves Gonçalves Dias
Secretário Adjunto de Governo e Desenvolvimento Social

APÊNDICE I DO PROJETO BÁSICO
DESCRIPTIVOS E QUANTITATIVOS

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR MÉDIO UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	ABACAXI - APRESENTANDO GRAU MÉDIO DE AMADURECIMENTO, PÉROLA COM COROA, DE PRIMEIRA, TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDO, COM POLPA FIRME E INTACTA, ACONDICIONADO EM CAIXAS DE MADEIRA, PESANDO APROXIMADAMENTE POR UNIDADE ENTRE 1 A 1,50KG. EXCLUSIVO PARA ME/EPP	QUILOGRAMAS	5.390	R\$ 8,31	R\$ 44.790,90
2	ACEROLA - COLORAÇÃO VERMELHA, SEM DADOS FÍSICOS ORIUNDOS DO MANUSEIO OU SINAIS DE SUJIDADES, PARASITAS OU	QUILOGRAMAS	400	R\$ 4,00	R\$ 1.600,00



PREFEITURA
SANTA CRUZ
DO CAPIBARIBE

Vivendo um novo tempo

	INSETOS. EXCLUSIVO PARA ME/EPP				
3	ALFACE LISA - APRESENTANDO FOLHAS SEM NÍVEIS DE OXIDAÇÃO, COR VERDE E APARÊNCIA SAUDÁVEL. SEM SUJIDADES OU PARASITAS, LARVAS E INSETOS. EXCLUSIVO PARA ME/EPP	QUILOGRAMAS	350	R\$ 4,15	R\$ 1.452,50
4	ALHO - DE PRIMEIRA QUALIDADE, APRESENTANDO GRAU DE MATURAÇÃO TAL QUE LHE PERMITA SUPORTAR A MANIPULAÇÃO, O TRANSPORTE E A CONSERVAÇÃO EM CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA O CONSUMO. AUSÊNCIA DE SUJIDADES, PARASITOS E LARVAS, DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO 12/78 DA CNNPA. EMBALAGEM DE 1KG. EXCLUSIVO PARA ME/EPP	QUILOGRAMAS	1.300	R\$ 18,70	R\$ 24.310,00
5	BANANA DA TERRA - EXTRA, EM PENCAS, FRUTOS COM 60 A 70% DE MATURAÇÃO, TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, COM POLPA FIRME E INTACTA, DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDA E MATURAÇÃO MEDIANA, ISENTA DE ENFERMIDADES, PARASITAS E LARVAS, MATERIAL TERROSO E SUJIDADES, SEM DANOS FÍSICOS E MECÂNICOS ORIUNDOS DO MANUSEIO E TRANSPORTE, DE COLHEITA RECENTE, LIVRE DE RESÍDUOS DE FERTILIZANTES. FORNECIMENTO POR UNIDADE. EXCLUSIVO PARA ME/EPP	UNIDADES	4.000	R\$ 2,35	R\$ 9.400,00



PREFEITURA
SANTA CRUZ
DO CAPIBARIBE

Vivendo um novo tempo

6	BANANA PRATA - EM PENCAS DE PRIMEIRA QUALIDADE, TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, COM POLPA FIRME E INTACTA, DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDA, SEM DANOS FÍSICOS E MECÂNICOS ORIUNDOS DO MANUSEIO E TRANSPORTE, ACONDICIONADA EM PENCAS AVULSAS, FORNECIMENTO POR UNIDADE. EXCLUSIVO PARA ME/EPP	UNIDADES	12.000	R\$ 2,14	R\$ 25.680,00
7	BATATA DOCE IN NATURA EXTRA - ROXA, DE PRIMEIRA, SEM RAMA, TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, FRESCA, COMPACTA E FIRME, SEM LESÕES DE ORIGEM, SEM RACHADURAS E CORTES, SEM DANOS FÍSICOS E MECÂNICOS ORIUNDOS DE MANUSEIOS E TRANSPORTE, DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDAS, ACONDICIONADA EM CAIXA DE MADEIRA. EXCLUSIVO PARA ME/EPP	QUILOGRAMAS	3.300	R\$ 3,68	R\$ 12.144,00
8	BATATA INGLESA IN NATURA EXTRA - CASCA LISA, DE PRIMEIRA, SEM PONTOS DE GERMINAÇÃO, COMPACTA E FIRME, SEM LESÕES DE ORIGEM, SEM LESÕES FÍSICAS OU MECÂNICAS, TAMANHO COM FORMAÇÃO UNIFORME, DEVENDO SER GRAÚDA, ACONDICIONADA EM SACOS. EXCLUSIVO PARA ME/EPP	QUILOGRAMAS	7.450	R\$ 4,39	R\$ 32.705,50
9	BETERRABA IN NATURA EXTRA - DE PRIMEIRA QUALIDADE FRESCA, COMPACTA E FIRME. ISENTA DE ENFERMIDADES, MATERIAL TERROSO E	QUILOGRAMAS	2.450	R\$ 4,59	R\$ 11.245,50



PREFEITURA
SANTA CRUZ
DO CAPIBARIBE

Vivendo um novo tempo

	UMIDADE EXTERNA ANORMAL. TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDA. ACONDICIONADO EM CAIXAS PLÁSTICAS RESISTENTES. EXCLUSIVO PARA ME/EPP				
10	CAJÚ IN NATURA EXTRA - DE PRIMEIRA, APRESENTANDO TAMANHO, COR E COM FORMAÇÃO UNIFORME, DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDA E MADURA, COM POLPA INTACTA E FIRME, SEM DANOS FÍSICOS E MECÂNICOS ORIUNDOS DO MANUSEIO E TRANSPORTE, ACONDICIONADO DE MODO QUE PRESERVE SUA INTEGRIDADE. EXCLUSIVO PARA ME/EPP	QUILOGRAMAS	300	R\$ 10,00	R\$ 3.000,00
11	CEBOLA SECA BRANCA IN NATURA EXTRA - TAMANHO MÉDIO, NOVA, DE 1ª QUALIDADE, COM CASCA, COMPACTA E FIRME, SÃ, SEM RUPTURAS, SEM LESÕES DE ORIGEM FÍSICA OU MECÂNICA, ISENTA DE PARTES PÚTRIDAS, LIVRE DE ENFERMIDADES. EXCLUSIVO PARA ME/EPP	QUILOGRAMAS	8.050	R\$ 4,24	R\$ 34.132,00
12	CEBOLINHA VERDE - FRESCA, DE PRIMEIRA, DE TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDA, DE QUALIDADE FIRME E INTACTA, ISENTA DE MATERIAL TERROSO E UMIDADE EXTERNA ANORMAL, SEM DANOS FÍSICOS E MECÂNICOS ORIUNDOS DO MANUSEIO E TRANSPORTE, ACONDICIONADA EM EMBALAGEM ADEQUADA,	MOLHOS	180	R\$ 3,65	R\$ 657,00



	PESANDO 1KG POR MOLHO. EXCLUSIVO PARA ME/EPP				
13	CENOURA VERMELHA IN NATURA EXTRA - DE PRIMEIRA, SEM RAMA, FRESCA, COMPACTA E FIRME, SEM LESÕES DE ORIGEM, SEM RACHADURAS, SEM DANOS FÍSICOS E MECÂNICOS, DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDAS, ACONDICIONADA EM CAIXA DE MADEIRA. EXCLUSIVO PARA ME/EPP	QUILOGRAMAS	7.250	R\$ 4,26	R\$ 30.885,00
14	CHUCHU IN NATURA EXTRA - DE PRIMEIRA, TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, LIVRE DE ENFERMIDADES E MATERIAIS TERROSO, SEM DANOS FÍSICOS E MECÂNICOS ORIUNDOS DO MANUSEIO E TRANSPORTE. EXCLUSIVO PARA ME/EPP	QUILOGRAMAS	5.650	R\$ 2,99	R\$ 16.893,50
15	COUVE FOLHA - APRESENTANDO FOLHAS SEM NÍVEIS DE OXIDAÇÃO, COR VERDE ESCURA E APARENCIA SAUDÁVEL. SEM SUJIDADES OU PARASITAS, LARVAS E INSETOS. EXCLUSIVO PARA ME/EPP	QUILOGRAMAS	110	R\$ 3,24	R\$ 356,40
16	COENTRO VERDE IN NATURA EXTRA - DE COLORAÇÃO UNIFORME, FRESCO, FIRME E INTACTA. ISENTO DE ENFERMIDADES, SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, SEM SINAIS DE APODRECIMENTO OU MATERIAIS TERROSOS. MOLHOS COM	QUILOGRAMAS	1.516	R\$ 4,00	R\$ 6.064,00



PREFEITURA
SANTA CRUZ
DO CAPIBARIBE

Vivendo um novo tempo

	APROXIMADAMENTE 1 KG. EXCLUSIVO PARA ME/EPP				
17	GOIABA IN NATURA EXTRA - DE PRIMEIRA, APRESENTANDO TAMANHO, COR E FORMAÇÃO UNIFORME, DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDA E MADURA, COM POLPA INTACTA E FIRME, SEM DANOS FÍSICOS E MECÂNICOS ORIUNDOS DO MANUSEIO E TRANSPORTE, ACONDICIONADA EM CAIXAS DE PAPELÃO. EXCLUSIVO PARA ME/EPP	QUILOGRAMAS	4.100	R\$ 4,99	R\$ 20.459,00
18	INHAME IN NATURA EXTRA - DE BOA QUALIDADE, FRESCO, LIVRE DE ENFERMIDADES, SEM DANOS FÍSICOS E MECÂNICOS ORIUNDOS DO MANUSEIO E TRANSPORTE. DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDO. EXCLUSIVO PARA ME/EPP	QUILOGRAMAS	3.950	R\$ 7,52	R\$ 29.704,00
19	JERIMUM - CABOCLO DE PRIMEIRA QUALIDADE, COR ALARANJADA, CHEIRO, ASPECTO E SABOR PRÓPRIOS, TAMANHO UNIFORME, ISENTA DE ENFERMIDADES, COM AUSÊNCIA DE SUJIDADES, PARASITAS, LARVAS E MATERIAL TERROSO, SEM DANOS FÍSICOS E MECÂNICOS ORIUNDOS DE MANUSEIO E TRANSPORTE. EXCLUSIVO PARA ME/EPP	QUILOGRAMAS	1.850	R\$ 3,00	R\$ 5.550,00
20	LARANJA PÊRA IN NATURA EXTRA - CASCA LISA, COR AMARELA ESVERDEADA, DE PRIMEIRA, LIVRE DE RESÍDUOS DE FERTILIZANTES, SABOR E CHEIRO CÍTRICOS, TAMANHO GRANDE, DEVENDO SER BEM	QUILOGRAMAS	5.200	R\$ 3,07	R\$ 15.964,00



PREFEITURA
SANTA CRUZ
DO CAPIBARIBE

Vivendo um novo tempo

	DESENVOLVIDA E MADURA, BOA QUALIDADE, ACONDICIONADA EM EMBALAGEM APROPRIADA. EXCLUSIVO PARA ME/EPP				
21	LIMÃO TAITY IN NATURA EXTRA - LIMPO, MADURO, SUCULENTO, COLORAÇÃO UNIFORME, CARACTERÍSTICA À VARIEDADE. SEM MANCHAS, SEM PODRIDÃO, SEM DEFORMAÇÕES. BEM DESENVOLVIDO, COM DIÂMETRO IGUAL OU SUPERIOR A 50MM. FORNECIDO EM EMBALAGENS LIMPAS, SECAS, DE MATERIAL QUE NÃO PROVOQUE ALTERAÇÕES EXTERNAS OU INTERNAS NOS PRODUTOS E NÃO TRANSMITA ODOR OU SABOR ESTRANHO AOS MESMOS. EXCLUSIVO PARA ME/EPP	QUILOGRAMAS	400	R\$ 2,95	R\$ 1.180,00
22	MAÇÃ NACIONAL IN NATURA EXTRA - VERMELHA, CASCA LISA, NACIONAL, DE PRIMEIRA, APRESENTANDO TAMANHO, COR E COM FORMAÇÃO UNIFORME, DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDA E MADURA, COM POLPA INTACTA E FIRME, SEM DANOS FÍSICOS E MECÂNICOS ORIUNDOS DO MANUSEIO E TRANSPORTE, ACONDICIONADA EM CAIXA DE PAPELÃO ONDULADO. COTA PRINCIPAL	QUILOGRAMAS	53.123	R\$ 7,17	R\$ 380.891,91
23	MAÇÃ NACIONAL IN NATURA EXTRA - VERMELHA, CASCA LISA, NACIONAL, DE PRIMEIRA, APRESENTANDO TAMANHO, COR E COM FORMAÇÃO UNIFORME, DEVENDO SER	QUILOGRAMAS	17.707	R\$ 7,17	R\$ 126.959,19



PREFEITURA
SANTA CRUZ
DO CAPIBARIBE

Vivendo um novo tempo

	BEM DESENVOLVIDA E MADURA, COM POLPA INTACTA E FIRME, SEM DANOS FÍSICOS E MECÂNICOS ORIUNDOS DO MANUSEIO E TRANSPORTE, ACONDICIONADA EM CAIXA DE PAPELÃO ONDULADO. COTA RESERVADA				
24	MACAXEIRA IN NATURA EXTRA - TIPO BRANCO-AMARELA, DE PRIMEIRA QUALIDADE, DESCASCADAS E PICADAS, TAMANHO UNIFORME, SEM DANOS OU SINAIS DE APODRECIMENTO, COLORAÇÃO CARACTERÍSTICA DO PRODUTO, SEM EXCESSO DE UMIDADE. O PROCESSAMENTO DEVE SEGUIR O PADRÃO MÍNIMO DE HIGIENE. EMBALADA EM SACOS PLÁSTICOS TRANSPARENTE PRÓPRIOS PARA ALIMENTOS OU À VÁCUO, DE FORMA QUE OS PRODUTOS SEJAM ENTREGUES ÍNTEGROS, ETIQUETADOS COM IDENTIFICAÇÃO DA ESCOLA E PESO. NO RÓTULO DEVERÁ TRAZER A DENOMINAÇÃO DO PRODUTO E SUA CLASSIFICAÇÃO, DATA DE PRODUÇÃO E VALIDADE. DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO 12/78 DA CNNPA. EXCLUSIVO PARA ME/EPP	QUILOGRAMAS	3.800	R\$ 4,23	R\$ 16.074,00
25	MAMÃO MEIO VERDE - ÓTIMA QUALIDADE, EM MÉDIA 80% DE MATURAÇÃO, FRUTOS DE TAMANHO MÉDIO, COM APROXIMADAMENTE 400G, NO GRAU MÁXIMO DE EVOLUÇÃO NO TAMANHO,	QUILOGRAMAS	3.400	R\$ 3,51	R\$ 11.934,00



PREFEITURA
SANTA CRUZ
DO CAPIBARIBE

Vivendo um novo tempo

	AROMA, SABOR E ESPÉCIE, SEM FERIMENTOS OU DEFEITOS, FIRMES E COM BRILHO LIVRE DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS. EXCLUSIVO PARA ME/EPP				
26	MANGA - APRESENTANDO TAMANHO, COR E FORMAÇÃO UNIFORME, DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDA E MADURA, COM POLPA INTACTA E FIRME, SEM DANOS FÍSICOS E MECÂNICOS ORIUNDOS DO MANUSEIO E TRANSPORTE, ACONDICIONADA EM CAIXA DE PAPELÃO. EXCLUSIVO PARA ME/EPP	QUILOGRAMAS	400	R\$ 5,48	R\$ 2.192,00
27	MELANCIA IN NATURA EXTRA - REDONDA, CASCA LISA, GRAÚDA, DE PRIMEIRA, LIVRE DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDA E MADURA, COM POLPA FIRME E INTACTA, A GRANEL, PESANDO ENTRE (6 A 10) KG CADA UNIDADE. EXCLUSIVO PARA ME/EPP	QUILOGRAMAS	6.345	R\$ 3,32	R\$ 21.065,40
28	MELÃO IN NATURA EXTRA - AMARELO, LIMPO, MADURO, ÍNTEGRO, FIRME, SEM RACHADURAS, SEM PODRIDÃO, COM POLPA DOCE E ABUNDANTE. BEM DESENVOLVIDA, COM GRAU DE MATURIDADE ADEQUADO. CASCA LISA, SEM MANCHAS, SEM DEFORMAÇÕES. ISENTA DE INSETOS E/OU PARASITAS, BEM COMO DE DANOS POR ESTES PROVOCADOS. POUCO TEMPO DE ESTOCAGEM. FORNECIDO	QUILOGRAMAS	500	R\$ 6,10	R\$ 3.050,00



PREFEITURA
SANTA CRUZ
DO CAPIBARIBE

Vivendo um novo tempo

	EM EMBALAGENS LIMPAS, SECAS, DE MATERIAL QUE NÃO PROVOQUE ALTERAÇÕES EXTERNAS OU INTERNAS NOS PRODUTOS E NÃO TRANSMITA ODOR OU SABOR ESTRANHO AOS MESMOS. EXCLUSIVO PARA ME/EPP				
29	PEPINO EXTRA IN NATURA EXTRA - FIRME, ÍNTEGRO, SEM RACHADURAS, COM CASCA LISA E LUSTROSA, SEM MANCHAS, SEM PODRIDÃO, SEM DEFORMAÇÕES. BEM DESENVOLVIDO, TAMANHO UNITÁRIO MÉDIO - COMPRIMENTO ENTRE 10 E 18CM, DIÂMETRO ENTRE 45MM E 65MM, GRAU DE MATURAÇÃO ADEQUADO. ISENTO DE INSETOS, PARASITAS OU LARVAS, BEM COMO DE DANOS POR ESTES PROVOCADOS. POUCO TEMPO DE ESTOCAGEM. FORNECIDO EM EMBALAGENS LIMPAS, SECAS, DE MATERIAL QUE NÃO PROVOQUE ALTERAÇÕES EXTERNAS OU INTERNAS NOS PRODUTOS E NÃO TRANSMITA ODOR OU SABOR ESTRANHO AOS MESMOS. EXCLUSIVO PARA ME/EPP	QUILOGRAMAS	500	R\$ 3,20	R\$ 1.600,00
30	PIMENTÃO VERDE IN NATURA EXTRA - DE COLORAÇÃO UNIFORME, SEM LESÕES DE ORIGEM FÍSICA OU MECÂNICA, PERFURAÇÕES E CORTES EXTRA, GRAÚDO E VERDOSO. EXCLUSIVO PARA ME/EPP	QUILOGRAMAS	2.800	R\$ 4,50	R\$ 12.600,00



PREFEITURA
SANTA CRUZ
DO CAPIBARIBE

Vivendo um novo tempo

31	REPOLHO BRANCO IN NATURA EXTRA - VEGETAL IN NATURA, DE 1º QUALIDADE, TIPO: COUVE - REPOLHO BRANCO. APRESENTAÇÃO: COMPLETA, MADURA, FIRME E DE FOLHAS BEM UNIDAS E ÍNTEGRAS, NÃO ESPIGADA. SEM RACHADURAS, MANCHAS, PODRIDÃO OU DEFORMAÇÕES. COR: VERDE CLARO-ESBRANQUIÇADO. BEM DESENVOLVIDO, TAMANHO UNITÁRIO, PESO E GRAU DE MATURIDADE ADEQUADOS. ISENTO DE INSETOS, LARVAS OU PARASITAS, BEM COMO DE DANOS POR ESTES PROVOCADOS. COM POUCO TEMPO DE ESTOCAGEM. ENTREGUES EM EMBALAGENS OU A GRANEL, DESDE QUE CONVENIENTEMENTE PROTEGIDAS. SÃO ADMITIDOS PEQUENOS RASGOS NAS FOLHAS EXTERIORES, PEQUENAS CONTUSÕES E LEVES CORTES NA PARTE SUPERIOR. EXCLUSIVO PARA ME/EPP	QUILOGRAMAS	150	R\$ 3,63	R\$ 544,50
32	REPOLHO ROXO - SEM OXIDAÇÃO NAS FOLHAS, COR ROXO VIVO, UNIFORME, SEM FOCO DE LARVAS OU PARASITAS, SEM SUJIDADES NO PRODUTO. EXCLUSIVO PARA ME/EPP	QUILOGRAMAS	130	R\$ 5,99	R\$ 778,70
33	TOMATE SALADA IN NATURA EXTRA - ASPECTO GLOBOSO, MISTA COM VERDES E MADUROS (COR VERMELHA), CLASSIFICADA COMO LEGUME, GRAÚDA,	QUILOGRAMAS	9.100	R\$ 6,10	R\$ 55.510,00



PREFEITURA
SANTA CRUZ
DO CAPIBARIBE

Vivendo um novo tempo

<p>POLPA FIRME E INTACTA, ISENTA DE ENFERMIDADES, BOA QUALIDADE, LIVRE DE RESÍDUOS DE FERTILIZANTES, SUJIDADES, PARASITAS, LARVAS, SEM LESÕES DE ORIGEM FÍSICA E MECÂNICA, RACHADURAS E CORTES. EXCLUSIVO PARA ME/EPP</p>				
--	--	--	--	--

Cloves Gonçalves Dias
Secretário Adjunto
Secretaria de Governo e Desenvolvimento Social



ANEXO IV
MODELO DE DECLARAÇÃO DE PRODUÇÃO PRÓPRIA DO AGRICULTOR FAMILIAR PARA
ORGANIZAÇÕES FORNECEDORAS

DECLARAÇÃO DE PRODUÇÃO PRÓPRIA (CHAMADA PÚBLICA Nº 0XX/202X)

Eu, _____ representante da Cooperativa/Associação
_____, com CNPJ
nº _____ e DAP Jurídica nº _____
_____, declaro, que os gêneros alimentícios relacionados na proposta
de venda são oriundos de produção dos cooperados/associados que possuem DAP física e compõem esta
cooperativa/associação.

_____, ____/____/____

Assinatura





PREFEITURA
SANTA CRUZ
DO CAPIBARIBE
Vivendo um novo tempo

ANEXO V
MODELO DE DECLARAÇÃO DE PRODUÇÃO PRÓPRIA DO AGRICULTOR FAMILIAR PARA
BENEFICIÁRIOS FORNECEDORES (FORNECEDOR INDIVIDUAL)

DECLARAÇÃO DE PRODUÇÃO PRÓPRIA (CHAMADA PÚBLICA Nº 0XX/202X)

Eu, _____, CPF
nº _____ e DAP física nº _____,
declaro, que os gêneros alimentícios relacionados na proposta de venda em meu nome são oriundos de
produção própria.

_____, ____/____/____

Assinatura



ANEXO VI
DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE PELO CONTROLE DO ATENDIMENTO DO LIMITE
INDIVIDUAL DE VENDA DOS COOPERADOS/ASSOCIADOS

CHAMADA PÚBLICA Nº 0XX/202X

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE PELO CONTROLE DO ATENDIMENTO DO LIMITE
INDIVIDUAL DE VENDA DOS COOPERADOS/ASSOCIADOS

O (A) (nome do Grupo Formal) , CNPJ nº , DAP ou CAF jurídica nº com sede , neste ato representado(a) por (nome do representante legal de acordo com a Proposta de Venda) , portador (a) da Cédula de Identidade RG nº , CPF nº , nos termos do Estatuto Social, declara que se responsabilizará pelo controle do limite individual de venda de gêneros alimentícios dos Agricultores e Empreendedores de Base Familiar Rural que compõem o quadro social desta Entidade, no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) por DAP ou CAF/ANO CIVIL/ ÓRGÃO COMPRADOR referente à sua produção, considerando os dispositivos da Lei nº 14.284, de 29/12/2021, regulamentada pelo Decreto nº 10.880, de 02/12/2021, e suas alterações e da Resolução GGALIMENTA nº 3, de 14 de junho de 2022, e demais documentos normativos, no que couber.

Local, / / Assinatura (apresentar a lista dos CPF e DAP física de cada agricultor participante)

_____, ____/____/____

REPRESENTANTE LEGAL DO GRUPO FORMAL

ANEXO VII
MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENDEREÇO ELETRÔNICO

Prezados Senhores,

Pelo presente, para efeito do cumprimento ao estabelecido no §4º do art. 39 do Decreto Municipal nº 56/2021, _____, inscrita no CNPJ/MF ou CPF/MF nº _____, declara, que:

- 1 - possui endereço eletrônico, sendo este o _____;
- 2 – tem pleno conhecimento que se houver mudança para novo endereço eletrônico, deverá informá-lo de imediato por meio de nova declaração;
- 3 – tem pleno conhecimento que a não atualização do endereço eletrônico diante da hipótese prevista no item 2 desta declaração, não implicará qualquer vício processual.

Local e data

(assinatura do Responsável Legal)

ANEXO VIII
MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE PARENTESCO

(nome) , inscrita no CNPJ ou CPF sob o nº , DECLARA que:

- 1) Não possui proprietário, sócios ou funcionários que sejam servidores ou agentes políticos³ do órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação;
- 2) Não possui proprietário ou sócio que seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, e por afinidade, até o segundo grau, de agente político do órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.
- 3) Não incorre em nenhuma das vedações elencadas no artigo 9, inciso III da Lei Federal nº. 8.666/93.

, _____ de _____ de _____.

Assinatura do Representante Legal

